

TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BR 285, KM 461,5, SALA A, FUNDOS – IJUÍ/RS

CNPJ: 41.198.340/0001-71

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021

Demonstrativos compreendidos:

- Autorização para Emissão das Demonstrações Contábeis;
- Relatório da Administração;
- Notas Explicativas;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site: <https://www.tentoscap.com.br> em 31/03/2022.

A Diretoria da TentosCap declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Luiz Pedro Utzig Dumoncel

Diretor Financeiro e de
Operações

Marcelo Dumoncel Tagliari

Diretor de Controladoria

Paulo Eduardo Pereira

CRC 030018/O-3

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ijuí/RS – março de 2022

Prezado Contador, viemos através do presente ofício autorizar a emissão das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021 da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, conforme preceituado na **Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 24 (R1)**, para disponibilizá-las aos nossos auditores independentes com o objetivo de iniciar-se os trabalhos de auditoria externa.

Luiz Pedro Utzig Dumoncel
Diretor Financeiro e de
Operações

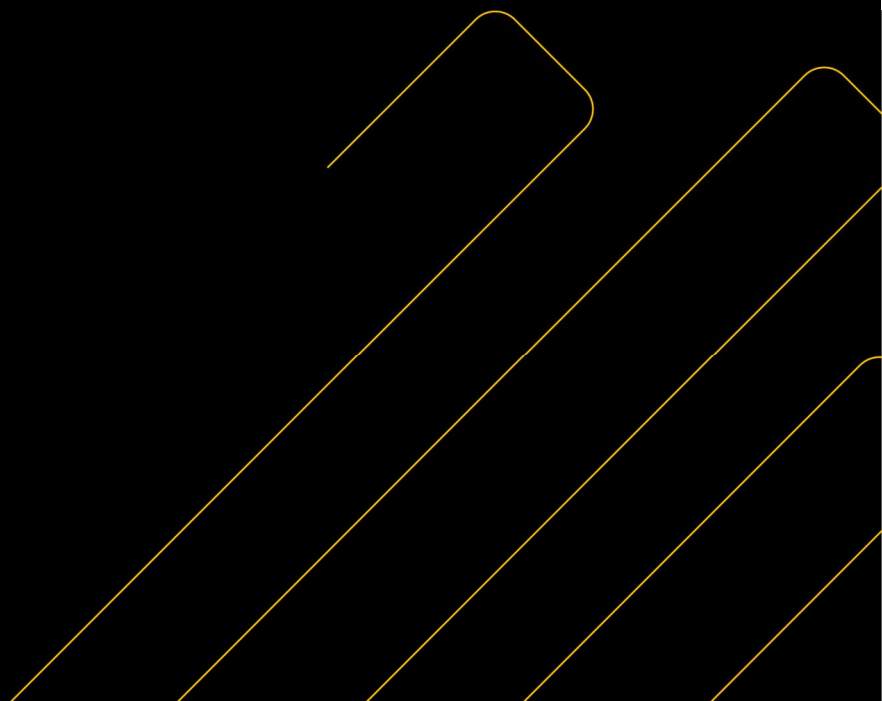
Marcelo Dumoncel Tagliari
Diretor de Controladoria



tentoscap

Demonstrações Financeiras

EXERCÍCIO DE 2021



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	11
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
GERENCIAMENTO DE RISCO.....	20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“TentosCap”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias determinadas na Lei 6.404/76, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício de 2021, findado em 31 de dezembro.

O exercício de 2021 para a TentosCap foi marcado por dois momentos bem definidos cronologicamente. No primeiro semestre foi consolidado o plano pré-operacional, com a preparação para o plano de negócios ocorrendo dentro do esperado, apesar das eventuais turbulências causadas em virtude da COVID-19. Esse período teve como foco o correto endereçamento das solicitações do regulador e a formalização dos atos constitutivos, resultando, em junho, no grande marco que sinalizou o início das operações de fato: a publicação da aprovação para funcionamento da TentosCap no Diário Oficial da União.

Apesar de formalmente ter sido realizada a primeira negociação ainda em junho, a maioria das operações ocorreu no segundo semestre. Desde então, a instituição teve desembolsos em volumes expressivos, com prazo médio ponderado de carteira cerca de 50% maior do que o previsto no Plano de Negócios, dentro, porém, da normalidade de créditos de curto prazo. Também em comparação ao Plano, a TentosCap teve um desembolso médio mensal em linha com o previsto para o primeiro ano.

Em termos de carteira de crédito, a TentosCap encerrou o ano com 19,4 milhões de reais, em comparação aos 22,6 milhões de reais projetados no plano de negócios. Em relação ao resultado, a instituição registrou prejuízo, principalmente em virtude das despesas pré-operacionais, que, em conjunto com o relativo maior prazo médio das operações e com as provisões para perdas relacionadas ao risco de crédito, alongaram a expectativa de atingimento do ponto de equilíbrio anual da instituição. Ademais, tendo em vista que o produtor rural, principal cliente da TentosCap, tem a concentração de seus rendimentos entre os meses de maio e junho, apenas 3% de toda a carteira do exercício de 2021 teve algum tipo de vencimento – o que demonstra que o prejuízo registrado se deve, também, à temporalidade característica das operações feitas pela instituição.

Diante desse cenário, e considerando a tendência atual das operações iniciadas no exercício em análise, tem-se excelentes perspectivas de saúde financeira e rentabilidade para os acionistas, em linha ao estimado no Plano de Negócios. Essa perspectiva se deve, também, ao amadurecimento da operação e à ampliação da carteira de ativos de crédito, somada à firme política de monitoramento de carteira e cobrança, que visam a maximização dos recebimentos.

O exercício de 2021 apresentou uma ótima oportunidade para assentar bases sólidas de preparação e início das operações de maneira responsável, em conjunto com uma visão de geração de resultado sustentável – oportunidade, essa, aproveitada pelo time da TentosCap.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da **TENTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – TENTOSCAP**.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras **da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento – Tentos Cap**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Financeira.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 20.787 (vinte milhões setecentos e oitenta e sete mil reais), para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 468 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais), sendo que durante o exercício foram reconhecidas receitas com operações de crédito e despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 1.387 (um milhão trezentos e oitenta e sete mil reais) e R\$ 468 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais), respectivamente. A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, os quais foram realizados sobre uma

amostra de operações de crédito onde efetuamos (i) a análise da documentação que consubstancia a avaliação qualitativa do Banco na determinação do risco de crédito para os itens selecionados, (ii) o recálculo do saldo devedor em aberto e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e (iii) a confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados. Adicionalmente, procedemos testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base nos “ratings” atribuídos, bem como a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela Administração do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela administração da Financeira sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva

razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim (RS), 31 de março de 2022.

Allianssa Auditores Associados S/S
CRC RS 004627/O
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2021 e 2020

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		21.693	-
Disponibilidades	4	466	-
Títulos e valores mobiliários	5	1.429	-
Cotas de fundos de investimentos		1.429	-
Operações de crédito	6	19.457	-
Setor privado		19.900	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(443)	-
Outros créditos	7	341	-
NÃO CIRCULANTE		862	-
Operações de crédito	6	862	-
Setor privado		887	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(25)	-
ATIVO INTANGÍVEL		66	-
Intangível	8	66	-
TOTAL DO ATIVO		22.621	-

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2021 e 2020

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		2.367	-
Depósitos a prazo	9	2.004	-
CDB		2.004	-
Outras obrigações	10	363	-
Obrigações trabalhistas		241	-
Obrigações fiscais		87	-
Outros passivos		35	-
NÃO CIRCULANTE		5.578	-
Depósitos a prazo	9	5.578	-
CDB		5.578	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	14.676	-
Capital social		15.000	-
(-) Prejuízos acumulados		(324)	-
TOTAL DO PASSIVO		22.621	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

31 de dezembro de 2021 e 2020

(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de intermediação financeira	1.525	-
Operações de crédito	1.387	-
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	138	-
(-) Despesas de intermediação financeira	(614)	-
(-) Operações de captação no mercado	(146)	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(468)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	911	-
(-) Outras receitas/despesas operacionais	(1.158)	-
Receitas de prestação de serviços	377	-
(-) Despesas de pessoal	(941)	-
(-) Outras despesas administrativas	(493)	-
(-) Despesas tributárias	(101)	-
(-) Resultado operacional	(247)	-
(-) Resultado antes da tributação sobre o lucro	(247)	-
(-) Imposto de renda e contribuição social	(77)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(77)	-
RESULTADO LÍQUIDO	(324)	-
Lucro (prejuízo) por ação	(0,02160)	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

31 de dezembro de 2021 e 2020

(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do período	(324)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(324)	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 de dezembro de 2021 e 2020

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
Saldos em 01/01/2021	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	-	-	-	(324)	(324)
Capital Social	15.000	-	-	-	15.000
SALDOS EM 31/12/2021	15.000	-	-	(324)	14.676

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de dezembro de 2021 e 2020

(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(324)	-
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado nas atividades operacionais:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	468	-
(Aumento) Redução em ativos operacionais		
Operações de crédito	(20.787)	-
Outros créditos	(341)	-
Aumento (Redução) em passivos operacionais		
Obrigações trabalhistas	241	-
Obrigações fiscais	87	-
Outros passivos	35	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(20.621)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Registro do ativo intangível	(66)	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(66)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Depósitos a prazo	7.582	-
Capital social	15.000	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	22.582	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.895	-
Modificação na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.895	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.895	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas explicativas encontram-se em milhares de reais, exceto quando disposto em contrário.

1. Contexto operacional

Em 26 de janeiro de 2021, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"), com capital inicial de 15.000 (quinze milhões de reais). A instituição foi aprovada para funcionamento pelo Banco Central do Brasil no dia 16 de junho de 2021, conforme publicação feita no Diário Oficial da União.

A TentosCap tem por natureza do negócio ofertar operações de crédito mediante aplicação de recursos próprios. No seu primeiro exercício de atuação, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta dos produtos Capital de Giro, Antecipação de Recebíveis e Crédito Consignado Privado.

Conforme descrito no Relatório da Administração, as operações estão de acordo com o previsto no Plano de Negócios, considerando as características das operações, intrinsecamente relacionadas à sazonalidade dos negócios de seus clientes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional – CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.

3. Principais critérios contábeis adotados

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme normas vigentes do CMN inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma "pro rata" dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo

“AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar, conforme nota explicativa nº 6.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

g) Utilização de Estimativas

Para a preparação das demonstrações financeiras ao viés das técnicas contábeis, demanda que a Administração faça uma previsão quanto ao valor de itens que considera as melhores evidências disponíveis e determine valores estimados e suposições que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Assim, os resultados efetivos poderão ser díspares de tais estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(valores expressos em milhares de reais)

4. Disponibilidades

Os valores em disponibilidades estão concentrados em contas correntes de Bancos Comerciais.

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	466	-
Disponibilidades totais	466	-

5. Títulos e valores mobiliários

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Cotas de Fundos de Investimentos.

	31/12/2021	31/12/2020
Cotas em fundos de investimentos	1.429	-
Títulos e Valores Mobiliários	1.429	-

6. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos valores abaixo. As operações de crédito estão demonstradas contabilmente por nível de risco, vencimento, ramo de atividade e sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme segue:

	31/12/2021			31/12/2020
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos	18.400	887	19.287	-
Títulos descontados	1.500	-	1.500	-
	19.900	887	20.787	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(443)	(25)	(468)	-
	19.457	862	20.319	-

a) Classificação por nível de risco e provisão

	31/12/2021										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Empréstimos	-	4.252	4.199	9.946	890	-	-	-	-	19.287	93%
Títulos descontados	-	1.400	100	-	-	-	-	-	-	1.500	7%
Operações de crédito	-	5.652	4.299	9.946	890	-	-	-	-	20.787	100%
Provisão para perdas esperadas	-	21	56	302	89	-	-	-	-	468	(2%)
% da Carteira por rating	-	27%	21%	48%	4%	-	-	-	-	100%	-

 b) Classificação por prazo de vencimento

	Vencidos	A vencer					31/12/2021
		até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos	Total
Empréstimos	-	453	17.947	887	-	-	19.287
Títulos descontados	-	-	1.500	-	-	-	1.500
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
Total da carteira de crédito	-	453	19.447	887	-	-	20.787

 c) Composição por atividade econômica

	31/12/2021	31/12/2020
Setor privado		
Pessoas físicas	20.787	-
Pessoas jurídicas	-	-
Total	20.787	-

 d) Constituição da provisão para perdas esperadas por níveis de risco

Nível de risco	% de Provisionamento	31/12/2021		31/12/2020	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	0,50%	5.652	21	-	-
B	1,00%	4.299	56	-	-
C	3,00%	9.946	302	-	-
D	10,00%	890	89	-	-
E	30,00%	-	-	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	-	-
H	100,00%	-	-	-	-
		20.787	468	-	-

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão constituída para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 01 de janeiro	-	-
Provisão constituída no exercício	486	-
Provisão revertida no exercício	(18)	-
Saldo final em 31 de dezembro	468	-

7. Outros créditos

Os saldos de R\$ 341 mil de devedores diversos é composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos	340	-
Devedores diversos	1	-
	341	-

8. Ativo intangível

A instituição utiliza estrutura de seu grupo econômico, não possuindo, no momento da publicação, ativo imobilizado próprio, contando com apenas R\$ 66 mil em Intangível relacionados a marca da Instituição:

	31/12/2021	31/12/2020
Marca e registros	66	-
	66	-

9. Depósitos a prazo

A instituição captou no mercado privado em 2021 um total de R\$ 7.582 em CDBs.

	31/12/2021	31/12/2020
CDB		
A vencer de 3 a 12 meses	2.004	-
Total circulante	2.004	-
A vencer de 1 a 3 anos	5.578	-
Total longo prazo	5.578	-
Depósitos a prazo	7.582	-

10. Outras obrigações

O montante de R\$ 363 no período atual representa, principalmente, as obrigações oriundas dos serviços utilizados na manutenção das atividades da Instituição, tais como os salários e demais encargos referentes a folha de pagamento e os tributos incidentes sobre as operações.

	31/12/2021	31/12/2020
	363	-
Obrigações fiscais		
CSLL a recolher	36	-
IRPJ a recolher	21	-
PIS e COFINS	19	-
ISS a recolher	9	-
IOF sobre operações	2	-
	87	-
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	107	-
Provisão de férias	73	-
INSS sobre salários	29	-
IRRF sobre salários	24	-
FGTS sobre salários	8	-
	241	-
Outras obrigações		
Credores diversos	35	-
	35	-

11. Passivos contingentes

Pela sua recente constituição, a instituição não possui passivos contingentes de qualquer natureza, não havendo litígios com probabilidade de perda possível ou provável a serem apresentados ou provisionados.

12. Patrimônio líquido

Capital Social: o capital social subscrito e integralizado é de 15.000 (quinze milhões de reais) e pertencente a acionistas domiciliados no País. Ele é representado por 15.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Lucros ou Prejuízos Acumulados: no encerramento do exercício a instituição apresenta R\$ 324 (trezentos e vinte e quatro mil reais) de prejuízo.

Dividendos: conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado.

GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos da TentosCap atende às exigências regulatórias e é compatível com seu porte e apetite ao risco, conforme disposto abaixo.

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associados ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A TentosCap desenvolveu e aplica métodos criteriosos de análise do risco de crédito envolvido em cada operação, assegurando a sua mitigação.

Risco de liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, incapacidade de a instituição honrar seus compromissos financeiros.

A gestão do risco de liquidez pela TentosCap consiste em um conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização na utilização dos recursos disponíveis.

Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A TentosCap possui diferentes níveis de controles internos que monitoram todas as atividades geradoras de riscos. São feitas avaliações periódicas com o objetivo de identificar novos riscos inerentes aos processos, bem como verificar a eficácia dos controles em uso. Com base nos resultados dessas avaliações periódicas, planos de ação são definidos para mitigar os riscos identificados, gerando novos controles ou melhorando os já existentes.

Risco socioambiental

O risco socioambiental está relacionado aos potenciais danos que uma atividade pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Riscos socioambientais associados às instituições financeiras, por sua vez, são, em sua maioria, indiretos, reflexo das relações de negócios estabelecidas com clientes responsáveis por danos socioambientais.

Para mitigar esse risco, todas as operações de crédito passam por análise criteriosa de indícios socioambientais que mitigam sua probabilidade de materialização.

Risco de segurança cibernética

A possibilidade de ocorrência de incidente de segurança relacionado ao ambiente cibernético que cause danos ou coloque em risco a confidencialidade, a integridade ou a disponibilidade dos dados da TentosCap ou por ela controlados está devidamente monitorada e controlada. A instituição adota diversos mecanismos de controle, dispostos em sua Política de Segurança Cibernética, que mitigam satisfatoriamente o risco.

Gestão de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da TentosCap utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido, a otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

Risco de mercado

As medidas de mitigação do risco de mercado, atendendo ao grau de exposição da instituição, têm como base a diversificação dos produtos das carteiras ativa e passiva, bem como o estabelecimento de spreads mínimos pretendidos para cada produto, considerando as taxas de juros cobradas nas concessões de crédito e as taxas juros praticadas na captação de recursos, objetivando manter o equilíbrio na relação entre risco e retorno.

Limite operacional (Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 78,01%.